

Entrevista com Robert Darnton*

José Murilo de Carvalho

JM. Durante anos, você e Clifford Geertz deram juntos um seminário sobre História e Antropologia na Universidade de Princeton. Como começou essa cooperação e o que ela significou para seu trabalho? *The great cat massacre*¹ foi o primeiro resultado da colaboração?

RD. Cliff e eu nos encontramos em Princeton no início da década de 1970. Ele me perguntou sobre um seminário que eu dava sobre a “história das mentalidades”, tema que então era muito novo. Quando lhe expliquei como essa variedade de história tinha surgindo na França, ele respondeu: “isso parece antropologia”. Uma coisa levou à outra e, em 1976, ele dava o seminário comigo. Tornou-se um seminário em História e Antropologia, o tipo de antropologia que Cliff desenvolveu juntamente com Victor Turner, Mary Douglas, Marshall Sahlins e outros. As origens dessa antropologia recuam até Max Weber e ao estudo de visões de mundo e sistemas simbólicos que caracterizaram a primeira geração de antropólogos norte-americanos, sobretudo aqueles que estudaram os nativos norte-americanos, como Ruth Benedict e Clyde Cluckhohn. Mas ela tem também afinidades com o tipo de história cultural escrita por Burckhardt, Huizinga e Febvre. A aproximação entre História e Antropologia se deu facilmente, não apenas no nível da teoria mas, sobretudo, em estudos monográficos de temas como feitiçaria e ritos de passagem. Para mim, o seminário significou um curso intensivo de Antropologia. *The great cat massacre* traz, de fato, a marca dessa experiência. Mas não é um livro especificamente “geertziano”. Inspira-se no trabalho de muitos antropólogos, numa tentativa de escrever história numa veia etnográfica.

JM. Você é um historiador que tem sempre dialogado com as ciências sociais. Seria o caso de ter a história perdido sua identidade no século XX e

* Tradução de José Murilo de Carvalho

precisar depender de alguma outra disciplina para ser capaz de construir seu objeto? Poderia o renascimento da narrativa, predito por Lawrence Stone em 1979,² ser visto como um desejo de devolver à história sua identidade? A predição falhou? Caso tenha falhado, devemos nos alegrar com isso?

RD. Eu sofri também a influência de Lawrence Stone quando cheguei em Princeton em 1968. Sua idéia de utilizar as ciências sociais seguiu em direção diferente — para a demografia, a ciência política, a economia. Ele gostava de quantificação, modelos e conclusões duras, do tipo das que desafiavam a sabedoria convencional e nos forçavam a repensar nossas suposições. Era material forte, sobretudo quando Lawrence atacava temas como a alfabetização e a posição econômica da aristocracia durante os séculos XVI e XVII. Mas em seu trabalho posterior ele se reorientou na direção de uma espécie de história sociocultural que não levava a conclusões firmes. Seu apelo em favor do renascimento da narrativa veio nesse momento. O que ele queria exatamente dizer por narrativa nunca ficou claro. Era um mestre em contar histórias, sobretudo quando escavava casos extraordinários nos arquivos da corte eclesiástica. Suas histórias ainda circulam nos departamentos de literatura, mas não produziram uma reorientação da história. A meu ver, a história continua sendo uma ciência interpretativa e não possui “linhas de demarcação” do tipo supostamente existente em algumas ciências sociais.

JM. A antropologia parece ser sua favorita entre as ciências sociais. Seria porque você a julga mais próxima do trabalho dos historiadores? Essa proximidade teria a ver com o método (etnografia, descrição densa) ou com a noção e cultura como chave para a compreensão? Ou com as duas coisas?

RD. Eu diria sim a todas as suas perguntas e me confessaria culpado de um fascínio pela antropologia. Mas encontro tanta variedade e tanta contradição no trabalho dos antropólogos que não creio que possam fornecer uma metodologia eficaz, isto é, algo como um conjunto de ferramentas que possa ser usado para abrir um sistema cultural desconhecido. Os historiadores têm freqüentemente interpretado de maneira equivocada a noção de “descrição densa”, desenvolvida por Geertz, como sendo uma fórmula para

amontoar detalhes, como se se tratasse apenas de acrescentar mais descrição. Na verdade, o conceito tem sua origem na filosofia lingüística e, mais longe ainda, nas “afinidades eletivas” de Weber, tiradas do romance de Goethe, *Die Wahlverwandschaften*. Havia, então, desde o início, um componente literário na ciência social de Geertz, e sua preocupação com estilo não é acidental. Em sua escrita, ele constrói associações e idéias de maneira cuidadosamente trabalhada, de modo a fazer o leitor girar e girar em círculos hermenêuticos. É uma experiência estonteante e alguns antropólogos a descartaram como mera literatura vestida de antropologia. Julgo a acusação injusta, mas concordo que a escrita da ciência social é o que, em parte, a torna científica, tomando “científico” no sentido da noção francesa de “*sciences humaines*”.

JM. Você não acha que a noção de cultura, central em seu trabalho, sobretudo a idéia de cultura como sistema, traz uma conotação de imutabilidade ou, pelo menos, de estabilidade e permanência, que é profundamente a-histórica?

RD. Espero que não, mas reconheço o problema. Ao tentar interpretar ações simbólicas, tendemos a trabalhar sincronicamente para encontrar o que Ruth Benedict chamou de “*pattern of culture*”. Mas nos últimos anos os antropólogos começaram a reconhecer os ingredientes diacrônicos da cultura. Alguns foram aos arquivos, outros se reciclaram como historiadores. O livro de Bernard Cohn, *An anthropologist among historians*, fornece um bom exemplo. É antropologia ou história? Eu diria que é as duas coisas e que mostra como os historiadores podem beneficiar-se de uma visão antropológica da cultura quando se vêem diante de algo muito concreto como a tentativa dos ingleses de fazer um recenseamento dos indianos no século XIX. Tendo feito eu mesmo alguma pesquisa sobre o British Raj (Império Britânico na Índia), não encontrei noções de sistemas culturais imutáveis enraizadas nesse campo. Pelo contrário, historiadores como Ranajit Guha mostram como a antropologia cultural pode ser incorporada a uma visão rica de mudança e conflito social. O problema principal, em minha opinião, está em outro lugar, na tendência a reificar a cultura e fazer sistemas simbólicos parecerem mais coerentes do que de fato são. A nova geração

de antropólogos, gente como James Clifford e James Boon, tem feito críticas devastadoras dessa visão e creio que meu próprio trabalho sofre de uma ênfase exagerada na qualidade sistêmica dos sistemas de significado.

JM. Em 1985, quando *O grande massacre de gatos* acabava de ser publicado em francês, você teve um interessante diálogo com Pierre Bourdieu e Roger Chartier.³ O diálogo foi amigável mas não sem alguma tensão. Estou certo em supor que houve uma reação negativa a sua crítica da historiografia francesa, sobretudo da noção de “mentalidade” e da visão de cultura como um terceiro nível da realidade (Pierre Chaunu)? Bourdieu chegou a se referir a uma batalha entre imperialismos culturais. De maneira mais geral, você sentiu alguma dificuldade em ser aceito como especialista em história francesa, sendo norte-americano? Alguma sensação de ser visto como um intruso em seu papel de um De Tocqueville às avessas?

RD. A geração anterior de historiadores americanos da França, gente como Crane Brinton, Robert Palmer e David Pinkney, teve relativamente pouco contato com os colegas franceses. Trabalharam a partir de fontes impressas disponíveis em bibliotecas norte-americanas e não em arquivos franceses. Tive a sorte de pertencer à primeira geração de americanos que pôde beneficiar-se de tarifas aéreas baratas e de generosas bolsas de pesquisa. Pude assim minerar material de novos veios de manuscritos, que os franceses têm levado a sério em seus estudos de temas semelhantes. Eles podem discordar de mim, mas não descartam minhas tentativas de produzir nova informação sobre questões como quem eram os intelectuais e que livros o povo lia na França do século XVIII. De fato, descobri que eles consideravam bem-vinda a visão de um estrangeiro sobre tais temas e me tenho sentido bem-vindo na França desde 1970, quando François Furet me convidou para um almoço em Paris para encontrar jovens estrelas em ascensão como Daniel Roche e Roger Chartier, que logo se tornaram bons amigos e colaboradores. É verdade que Roger tem criticado meu trabalho e eu tenho criticado o dele, embora concordemos nos fundamentos. É um debate saudável, creio, que se desenvolve sem prejudicar nossa amizade. Roger objetou a minha crítica de Chaunu — a noção de que a cultura existe

em um “terceiro nível” da história, nível que deriva dos dois primeiros (economia/demografia e estrutura social) — não por considerá-la errada, mas porque julgou que ela não caracterizava a história cultural que estava sendo desenvolvida pela nova geração de historiadores na Escola dos Annales. Quanto a isso, ele estava com a razão. Ele e Daniel Roche fizeram alguma quantificação ao estilo de Chaunu, mas eu também fiz, e nenhum de nós acredita numa visão da cultura como derivação, embora todos levemos a história social a sério.

Sua principal objeção foi à idéia de “*Frenchness*” (“*francité*”) que propus no primeiro capítulo de *The great cat massacre*. Como ele a interpretou, a idéia parecia atribuir um caráter nacional, ou algum tipo de qualidade essencial aos franceses. Na linguagem atual, é o pecado de “essencialismo”, e, olhando para trás, posso entender por que passei a impressão de ser dele culpado. De fato, quis evitar o uso de caráter nacional como categoria exploratória e propor antes um argumento sobre “*patterns of culture*”, como o que aparece no trabalho de Ruth Benedict. Mas ninguém na França tinha lido Benedict ou compreendido a natureza de meu argumento. Não era culpa deles: por que deveriam ser responsáveis pelo domínio de uma corrente estrangeira da antropologia? Era minha culpa: não tornei suficientemente clara minha posição teórica. Na verdade, gostaria de ter evitado a referência a “*Frenchness*”, embora ela tenha também uma fonte francesa, os estudos de folclore desenvolvidos por Paul Delarue.

JM. Ainda sobre o diálogo de 1985, apesar do esforço de Bourdieu de usar o exemplo de Durkheim para mostrar que a importância da cultura fazia parte da tradição intelectual francesa, embora algo negligenciada, parece que restou certo desacordo no sentido de que tanto Bourdieu como Chartier insistiam na dimensão social da realidade enquanto você enfatizava a dimensão cultural. Você não acha que a noção de cultura como linguagem poderia dissolver essa aparente incompatibilidade?

RD. Concorde que Bourdieu e Chartier tinham ênfases algo diferentes da minha, mas acho que todos rejeitaríamos a idéia de que se podem estabelecer distinções claras entre as dimensões social e cultural da realidade. Pelo

contrário, nós três vemos valores culturais e sistemas simbólicos operando como ingredientes dentro de estruturas sociais. Bourdieu e eu perseguimos juntos essa linha de pensamento nos anos seguintes. Ele me convidou para fazer parte do comitê editorial de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e publicou vários artigos nos quais eu tentava mostrar como redes de comunicação e sistemas de valor faziam parte da estrutura de poder da sociedade sob o Antigo Regime na França. Nunca usei o vocabulário que ele desenvolveu em sua obra teórica, mas fui muito influenciado por ele. Éramos grandes amigos.

JM. Exemplo raro nos Estados Unidos, você tem combinado seu trabalho de historiador com uma atividade jornalística, bem representada em seu *Berlin Journal*.⁴ Na introdução a esse livro, você diz que não se desculpa por escrever como jornalista. Isso é tudo, não se desculpar? O modo jornalístico de escrever é apenas história fatual? Ao observar pessoalmente a “revolução” na Alemanha Oriental e sendo um historiador da Revolução Francesa, como compara a vantagem da observação direta com o desafio da opacidade dos documentos históricos?

RD. Em *Berlin Journal*, tentei fazer alguma etnografia, no nível da rua, no meio de uma revolução. Não foi uma etnografia muito refinada e era improvisada dia-a-dia de acordo com o fluxo dos acontecimentos. Mas ela tratou de temas como a experiência de espaço e tempo, a natureza do dinheiro, a tonalidade das relações humanas, atitudes em relação ao Estado, e formas simbólicas de protesto na Alemanha Oriental em contraste com o Ocidente. O livro também incluía ensaios que escrevi quando a “estória” surgiu e que foram publicados como “notícias” em *The New Republic*. Nesse sentido, o livro era uma reportagem. Posso não ter tido êxito em casar os dois gêneros, mas era essa minha ambição. Não estou certo até que ponto meu trabalho sobre a Revolução Francesa me sensibilizou para os acontecimentos nas ruas. Em agosto de 1989, fui direto para Halle, bem no interior da Alemanha Oriental, saindo do Brasil onde fizera palestras relativas ao bicentenário da Revolução Francesa. Foi um grande choque cultural. Um dos primeiros cartazes que vi nas demonstrações de rua em Berlin dizia simplesmente: “1789-1989”. Mas o modelo francês era enganador em

muitos sentidos. De fato, mudei minha visão de revoluções em geral, inclusive da Revolução Francesa, como resultado de minha exposição aos acontecimentos de 1989-1990 na Alemanha Oriental. Assim, em certo sentido, a influência partiu do presente para o passado antes que do passado para o presente.

JM. Em *The literary underground of the Old Regime*,⁵ você se refere à descoberta dos enormes e ricos arquivos da *Société Typographique de Neuchâtel* como um “sonho de historiador”. De fato, o achado o manteve ocupado pelos próximos 25 anos e, desde a publicação de *The business of Enlightenment*, em 1979,⁶ fez de você um historiador muito respeitado da França do século XVIII. Como se deu a descoberta? Como arquivos tão ricos conseguiram permanecer desconhecidos e inexplorados pelos ativos historiadores franceses?

RD. Descobri o arquivo seguindo uma nota de pé-de-página de um livro escrito por um cidadão de Neuchâtel, Charly Guyot. Ele tinha feito alguma pesquisa nos arquivos da STN, como também fizera outro erudito local, Jean Jeanpretre, um químico aposentado, que classificou os documentos da STN na *Bibliothèque Publique et Universitaire*. Mas nenhum historiador francês tinha trabalhado nesses arquivos antes de minha chegada em 1965, e nenhum tinha tentado usá-los para elaborar uma “*histoire du livre*”, como é chamado hoje o campo de história do livro na França. Eu mesmo não tinha a intenção de ajudar a criar um novo campo, e não sabia que Henri-Jean Martin e Lucien Febvre já tinham feito trabalhos pioneiros na área. Em 1965, eu queria escrever uma biografia de Jacques-Pierre Brissot, que escreveu a maior parte de seus livros pela STN. Mas, ao estudar o dossiê de Brissot em Neuchâtel — 119 cartas extraordinárias — vi algo mais importante: a história dos próprios livros em vez da história de um autor. Abandonei, então, Brissot e passei a maior parte dos 37 anos seguintes estudando história de livros. Recentemente, publiquei todas as cartas de Brissot, juntamente com um ensaio biográfico sobre ele. Mas ainda estou escarafunchando o material da STN junto com manuscritos de fontes parisienses a ele relacionados, e espero eventualmente escrever uma obra em dois volumes sobre “O mundo dos livros sob o Antigo Regime”.

JM. Você poderia dizer a seus muitos leitores brasileiros quais são suas preocupações intelectuais hoje? Você tem um irmão que é jornalista e que se tornou rico quando decidiu escrever um romance. Dinheiro à parte, já pensou alguma vez em escrever um romance sobre o submundo social e intelectual da Revolução Francesa?

RD. Não, nenhuma ambição como romancista. Meu irmão e eu temos uma fantasia de trabalhar juntos em um livro sobre nosso pai, que era repórter de jornal em Nova Iorque durante os anos 20 e 30. Tendo lutado na Primeira Guerra Mundial e levado uma vida agitada em Greenwich Village nos anos seguintes, ele parece ter personificado a geração americana interguerra. Mas nunca o conhecemos porque foi morto como correspondente do *The New York Times* durante a Segunda Guerra Mundial, quando éramos muito jovens. Na verdade, há tão pouca documentação manuscrita sobre ele que conheço muito mais intimamente números do século XVIII. Provavelmente nunca escreveremos esse livro. De minha parte, ainda me sinto comprometido com a tentativa de compreender a condição humana em dimensão histórica, ainda tenho muita história em meu prato.

Muito obrigado!

ROBERT DARNTON nasceu em 1939 em Nova Yorque. Completou o doutorado em História na Universidade de Oxford em 1964. Foi repórter do *The New York Times* em 1964-65. Desde 1968 ensina na Universidade de Princeton, onde foi colega de Lawrence Stone e é colega de Natalie Davis. Foi *fellow* do *Institute for Advanced Study* de Princeton, onde estabeleceu relações estreitas com Clifford Geertz. José Murilo de Carvalho o conheceu nesse Instituto em 1981, quando ele trabalhava no texto sobre o grande massacre de gatos. Foi membro dos Institutos de Estudos Avançados de Stanford, Berlim e Holanda, e da *École des Hautes Études* en Sciences Sociales de Paris.

Seu primeiro livro, sobre o mesmerismo, foi publicado em 1968. Seu prestígio acadêmico se firmou com a publicação em 1979 do *The business of Enlightenment*, uma história da publicação da *Enciclopédia*, primeiro produto da descoberta do fabuloso arquivo da Sociedade Tipográfica de

Neuchâtel. A partir daí tornou-se autoridade na história do livro, da impressão e da vida literária do final do século XVIII francês, tendo sido várias vezes premiado.

Notas

¹ Em português, *O grande massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

² Ver "The revival of narrative: reflections on a new old History". *Past and Present*, 85, 1979.

³ Ver Bourdieu, Pierre, Chartier, Roger, Darnton, Robert. Dialogue à propos de l'Histoire Culturelle. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 59, pp. 86-93, set. 1985.

⁴ Ver *Berlin Journal*, 1989-1990. New York: W.W. Norton & Company, 1991.

⁵ Em português, *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶ Em português, *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia" 1777-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.